

Interação e inclusão

Alexandra Ozorio de Almeida | DIRETORA DE REDAÇÃO

Quem já entrou na sala de mamografia para uma análise de rotina pode ter pensado que uma mulher nunca teria inventado aquele exame. (De fato, foi o médico uruguaio Raul Leborgne – 1907-1986 – que constatou, nos anos 1950, que a compressão da mama gerava imagem diagnóstica melhor.) Esse procedimento salva vidas, mas não poderia haver técnicas menos agressivas? A participação ativa de mulheres, as principais usuárias, contribuiria para que aspectos como o desconforto fossem considerados no desenvolvimento de substitutos.

A interação entre pesquisadores da saúde e pacientes já ocorre, por exemplo, em ensaios clínicos, mas é bastante restrita. Vem ganhando espaço uma prática chamada de medicina cidadã, que promove colaborações mais abertas e inclusivas, reconhecendo o paciente como detentor de conhecimento sobre a sua própria condição. Reportagem à página 30 mostra que há espaço para maior envolvimento desse público, integrando comitês de ética, participando da regulamentação de ensaios clínicos, determinando o grau de risco aceitável para testes com novas drogas, entre outras possibilidades. Não é sempre viável nem é um caminho fácil. Reunir pessoas com diferentes perspectivas e experiências é um desafio colaborativo, mas que pode resultar em pesquisas inovadoras.

A proposta da medicina cidadã – relacionada à ciência cidadã, tema da edição 323 – também tem pontos de convergência com a investigação e a incorporação, pela sociedade não indígena, de conhecimentos dos povos originários sobre doenças (página 80). Pontes entre os diferentes saberes permitem ampliar o olhar sobre o adoecimento e contribuem para que se possa cumprir

o direito dos povos indígenas a um atendimento de saúde que respeite suas especificidades culturais e modos de vida. Outra reportagem desse universo temático mostra que pessoas LGBTQ+ tendem a realizar menos exames preventivos que indivíduos cisgênero heterossexuais (página 60).

A inclusão é o objeto da reportagem de capa. O Brasil soma mais de 17 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, segundo dados recentes do IBGE, e apresenta progresso em indicadores como o número de matriculados no ensino básico e superior. Mas o caminho é longo para diminuir a diferença entre pessoas com e sem deficiência no acesso à educação e ao mercado de trabalho, assim como na renda decorrente de suas atividades profissionais (página 12).

Nos últimos anos, a legislação brasileira sobre o tema foi ampliada e atualizada, amparada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, de 2006. O aumento da presença dessa parcela da população nas universidades tem permitido avanços no conhecimento científico, com a abertura de frentes de pesquisa, e proporcionado melhorias institucionais. Inovações em equipamentos e serviços para esse público são tema de reportagem complementar (página 20).

Esta edição marca uma efeméride importante, os 50 anos da Embrapa. As pesquisas produzidas na instituição, presente em todas as unidades da federação, são em grande parte responsáveis pela diversidade agrícola brasileira e pela posição do Brasil como exportador de alimentos. Mas os tempos atuais, em um cenário preocupante de mudanças climáticas e de novas exigências dos mercados consumidores, pedem maior enfoque em agricultura sustentável, tema ao qual a instituição vem dedicando mais esforços (página 44).